

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2020

EDITAL Nº 040/2020

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro/SP.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração.

LICITAÇÃO DIFERENCIADA1:

1. <u>DO PREÂMBULO</u>

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José 1.1. Antônio de Campos, 250 - Centro - Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através do Senhor Secretário Municipal de Administração Substituto, ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR", objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE HIGIENE OCUPACIONAL PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL. PARA USO DA EQUIPE DO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, conforme descrito no ANEXO I. Este edital será regido pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.852/2020; Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores; Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.078/1990 do Código de Defesa do Consumidor. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

¹ Artigo 47 c.c. 49 "caput",	ambos da Lei Complementar	n° 123/2006, d	com redação dada p	oela Lei Complementar
n° 147/2014				

Rubrica 1a (Sec. de Administrac	ão) 2	^a (Reguerente)	Visto do Jurídico



INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 14/04/2020, às 09h00min. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 28/04/2020, às 08h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/04/2020, às 09h10min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 28/04/2020, às 09h30min.

LOCAL: https://comprasbr.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1048, ou ainda, através do e-mail licitacao@registro.sp.gov.br.

1.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

2. <u>DO OBJETO DA LICITAÇÃO</u>

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE HIGIENE OCUPACIONAL PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL, PARA USO DA EQUIPE DO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, conforme descrito no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.
- 2.2. O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do processo administrativo nº 060/2020.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



3. <u>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</u>

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).
- 3.3. As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Registro, em www.registro.sp.gov.br; no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou publicadas no Diário Oficial do Município diário eletrônico www.registro.sp.gov.br. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta do Contrato.

4. <u>REFERÊNCIA DE TEMPO</u>

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. <u>CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO- CONFORME LEI COMPLEMENTAR</u> 147/2014

5.1. A presente licitação é destinada <u>exclusivamente</u> à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, isso, considerando que o valor total da contratação não ultrapassará R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme Artigo 22 da Lei Complementar Municipal 031/2007, e Art. 48 da Lei complementar 147/2014, observados os critérios abaixo descritos.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
, ,	,		



- 5.2. Só poderão participar empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) com ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem a todas as exigências constantes deste Edital.
- **5.3.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
- Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- 5.3.1. As alíneas a) e b) do subitem 5.3 encontram amparo na SÚMULA Nº 51. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.
- 5.4. A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.
- **5.5.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as **ME** ou **EPP** que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR).

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , -		



- 5.6. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.
- **5.7.** O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.8. A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema https://comprasbr.com.br, ficando a cargo do(a) do participante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/ Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 5.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, caso queiram optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO II, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP)

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- **6.1.** O certame será conduzido pelo **PREGOEIRO**, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis à matéria.
- 7. <u>CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DO COMPRAS BR</u>
- 7.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **7.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- 7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **7.6.** O licitante interessado deverá observar o Art. 19 do Decreto Federal nº 10024/2019:
 - "Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:
 - I credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;²
 - II remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - III responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - IV acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - V comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - VI utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

² Sistema Eletrônico utilizado para e (https://comprasbr.com.br)	este certame	é o Portal	de Compras	Eletrônicas	do COMPRAS	BR
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2	a (Requerente) Vi	sto do Jurídico		



VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio."

8. PARTICIPAÇÃO

- **8.1.** A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- **8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3. <u>É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.</u>
- **8.3.1.** A desclassificação de que trata o subitem anterior, <u>não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos</u>, e esses terem sidos anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: suporte Campo Grande/MS: (67) 3303-2730 | (67) 3303-2702 Tel. comercial: (67) 3303-2728 ou através da Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.

9. <u>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>

9.1. As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: 4.4.90.52.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
•		



9.2. OR. 01.02.03.00.004.122.0004.2018.4.4.90.52 – Tesouro – Prefeitura Municipal de Registro – Sec. Municipal de Administração – Administração – Administração Geral – Apoio Administrativo – Secretarias Meio – Manut. Atividades da Secretaria de Administração – Equipamentos e Material Permanente – Ficha nº 7 – Reserva 115.

10. <u>DA DISPENSA DE GARANTIA</u>

10.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente **PREGÃO**.

11. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

- 11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.2. A pretensão referida no subitem 11.1 será formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou email licitacao@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- **11.3.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é **(13) 3828-1048**.
- **11.4.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 11.4.1. Os esclarecimentos passarão a integrar os autos do PREGÃO.
- **11.5.** A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.
- **11.5.1.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Rub

- **12.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **12.2.** Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 12.3. As medidas referidas no subitem 12.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou e-mail licitacao@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- 12.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.
- **12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

rica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
	N.D.I. 45 COE 070/0004 70	



- 12.5. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 13. <u>APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE</u>
 <u>HABILITAÇÃO PELO LICITANTE</u>
- 13.1. Após a divulgação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico disponível no endereço https://comprasbr.com.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital (item 15), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, catálogos (conforme subitem 14.4), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **13.1.1.** A etapa de que trata o **subitem 13.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 13.2. O envio da proposta, catálogos, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no subitem 13.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha (observar item 7 do Edital).
- **13.2.1.** Os licitantes deverão anexar os catálogos e documentos de habilitação em campos próprios disponíveis no sistema.
- **13.3.** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- **13.4.** A falsidade da declaração de que trata o **subitem 13.3.** sujeitará o licitante às sanções previstas no **item 29**.
- **13.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,		



- **13.6.** Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 13.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 13.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, conforme subitem 17.8.
- **13.9.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto no preâmbulo.
- **13.10.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **13.11.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **13.12.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

14. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

14.1. O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , -		



- **14.1.1.** A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.
- 14.1.2. Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.
- 14.1.3. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida no Contrato, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, montagem, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.
- **14.1.4.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **14.1.5.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- **14.1.6.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- **14.2.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **14.2.1.** Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
_	2 N. D. 1 45 005 070/0004 70	



- 14.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários e totais (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- **14.3.1.** Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para os itens de seu interesse, não sendo admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 14.4. A licitante deverá ANEXAR à sua proposta eletrônica catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no ANEXO I do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta.
- 14.4.1. Estes documentos são complementares à proposta, e permitem a análise técnica do produto e sua compatibilidade com as especificações solicitadas. A marca e modelos ofertados no Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR deverão ser os mesmos do catálogo sob pena de desclassificação do item.
- **14.4.2.** A não vinculação do item ao catálogo, dificultando a análise das especificações e identificação do produto, poderá acarretar na desclassificação da licitante para o item e/ou proposta.
- **14.4.3.** Não serão aceitos o simples envio de imagens ilustrativas, sem informações complementares, ou contendo somente o descritivo fornecido no Edital.
- **14.5.** O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas contidas no **ANEXO I.**
- **14.6.** A cotação de **duas marcas** para o mesmo item ou opcional de marcas, acarretará na **desclassificação** do licitante para o item.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,		
	C.N.PJ. 45.685.872/0001-79	



- **14.7.** A validade da proposta será de <u>60 (sessenta) dias</u>, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **14.8.** Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.
- **14.9.** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da melhor oferta, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);
- b) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm);
- 15.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **15.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



- **15.1.3.** A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **15.1.4.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **15.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**, por falta de condição de participação.
- **15.2.** O Pregoeiro examinará os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** <u>anexados</u> <u>pela detentora da melhor oferta em campo próprio</u>, sendo estes os seguintes:

15.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade;
- **b)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

 a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
. ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de Regularidade perante à Fazenda Estadual, para as licitantes com sede no Estado de São Paulo, poderá ser apresentada uma das seguintes certidões: Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo ou Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo. Sendo a licitante de outro Estado, deverá apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa da Fazenda Estadual correspondente, dentro do prazo de validade;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF" – Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

15.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



a.1) Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCSP.

SÚMULA Nº 50 – "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

15.2.4. DECLARAÇÕES

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do **ANEXO II**, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014;
- a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação;
- a.2) A falta de apresentação da declaração exigida no subitem 15.2.4 alínea a) ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06;
- **b) DECLARAÇÃO CONJUNTA** (Conforme modelo do **ANEXO III**) abrangendo as seguintes informações:

as seguintes informações:	
Declaração que a proponente cumpre os requisitos de habil	tação;
Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
C.N.PJ. 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos nº 250 – Centro – Registro/SP - Tel. 13-3828-1000 www.registro.sp.gov.br	



- Declaração da licitante que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- Declaração da licitante assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo;
- Declaração da licitante de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- Declaração da licitante que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa;
- Indicação do responsável que assinará o Contrato e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato.
- Declaração de que reúne condições de apresentar no ato da entrega do(s) equipamento(s), Certificado de Calibração dos Aparelhos (INMETRO), com validade de 01 ano. (conforme subitem 23.3).

15.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **15.3.1.** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 15.3.2. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa verificar a autenticidade dos mesmos.
- **15.3.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **15.3.4.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **15.3.5.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão pública virtual.
- 15.3.6. Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- 15.3.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 15.3.8. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no subitem 15.3.9 deste edital.
- 15.3.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e ou trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 15.3.9.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. Estas certidões deverão ser apresentadas em formato digital, via sistema.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
` , , -	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		



- **15.3.9.2.** A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- **15.3.10.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, conforme **subitem 17.8.**

16. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 16.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 16.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou legislação em vigor, e/ou contenham vícios insanáveis.
- **16.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **16.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **16.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **16.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **16.5.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,		
C	N.P.J. 45.685.872/0001-79	

Rubrica



- 16.6. Os lances deverão ser formulados em campo próprio, sobre os valores unitários, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **16.6.1.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 16.6.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- **16.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **16.6.4.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 16.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 16.8. O Pregoeiro disponibilizará todos os itens para disputa, os quais terão etapa de lances com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 16.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 16.8, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **16.8.2.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens 16.8 e 16.8.1**, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



- 16.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **16.10.** Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- **16.10.1.** O descumprimento do disposto no **subitem 16.10** implicará a não contratação.
- **16.11.** Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- **16.11.1.** No caso de a proposta ser <u>cadastrada</u> erroneamente, tal valor não poderá ser corrigido após o término do cadastro, ficando a critério do **PREGOEIRO**, proceder à <u>desclassificação</u> da licitante para o item e/ou proposta.
- 16.12. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes. O sistema permite o registro de lances que sejam superiores ao menor valor, que ficarão registrados em ordem decrescente de valor.
- 16.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **16.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 16.15. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo PREGOEIRO acerca da aceitação do lance de menor valor.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **16.16.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- **16.17.** As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 17.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM.
- 17.2. Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 17.2.1. Nas condições do subitem 17.2, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 17.2.2. A microempresa e empresa de pequeno de porte melhor classificada nos termos do subitem 17.2.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 17.2.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 17.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 17.2.1, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 17.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese (subitens 17.2 à 17.2.4), o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **17.3.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto Federal nº 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- **17.3.2.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 17.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- **17.4.1.** A negociação do **subitem 17.4** será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	. ,	
0.1	U.D.I. 4E 00E 070/0004 70	



- 17.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019 e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no **item 15**.
- **17.6.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado.
- 17.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **17.7.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 17.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- **17.8.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação devidamente justificada do licitante, formulada antes do final o prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
, ,	_	



- 17.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado ou do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de declarações, catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.9. Após negociação e aceitação da melhor oferta pelo Pregoeiro, será procedido à abertura dos catálogos (apresentados conforme subitem 14.4.) e documentos relativos à Habilitação (conforme item 15 deste edital) do(s) autor(es) da proposta ou lance de menor preço.
- **17.9.1.** Os documentos relativos aos catálogos e Habilitação que trata o **subitem 17.9 serão os anexados pelo licitante no momento do cadastramento de sua proposta**, conforme **subitem 13.1.**
- 17.9.2. A não apresentação dos documentos que trata o subitem 17.9 ou sua apresentação de forma defeituosa, ensejará na INABILITAÇÃO (na hipótese de impossibilidade de saneamento) do licitante e possível aplicação de penalidade, observado o disposto no item 29.
- 17.9.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no subitem 17.8.
- 17.9.3.1. Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação, edital e/ou Pregoeiro exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no subitem 17.9.3., com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.
- **17.9.4.** A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- 17.9.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 17.9.5, e análise dos catálogos e documentos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, e somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências dos catálogos e/ou documentos de Habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o PREGOEIRO poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 17.10.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 17.11. Após atendimento aos documentos de Habilitação, a empresa detentora da melhor oferta será declarada vencedora, e o Pregoeiro, se for o caso, poderá solicitar documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **17.12.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



18. <u>DOS RECURSOS</u>

- **18.1.** Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 18.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte quando for o caso, o Pregoeiro informará via "chat" a data de abertura para que qualquer licitante manifeste a intenção de interpor recursos de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos. Os proponentes poderão manifestar suas motivações a partir da data e horário informados pelo Pregoeiro pelo prazo de até 15 (quinze) minutos em campo próprio do sistema.
- **18.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **18.3.1.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- **18.3.2.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 18.4. Uma vez admitido o recurso será concedido ao recorrente o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- **18.5.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico	
, , -	. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		



18.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. <u>DA ADJUDICAÇÃO</u>

- 19.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).
- **19.1.1.** Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17. do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- **19.2.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

20. HOMOLOGAÇÃO

- 20.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- **20.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)(s) proponente(s) adjudicatário(a)(s) para assinar o **Contrato e Termo de Ciência e Notificação**, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

21. <u>DA CONTRATAÇÃO</u>

21.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada, mediante assinatura do Contrato e Termo de Ciência e Notificação, cujas respectivas minutas constituem os **ANEXO IV** e **ANEXO V** do presente ato convocatório.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	_ ,	



- **21.2.** Não sendo assinado o Contrato, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para assinar o Contrato nas mesmas condições de sua oferta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 21.3. No ato da assinatura do Contrato, a CONTRATADA se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Instrução nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 21.4. Serão enviados o Contrato e Termo de Ciência e Notificação (conforme respectivas Minutas constantes nos ANEXO IV e ANEXO V em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Sistema do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- **21.4.1.** O Contrato e Termo de Ciência e Notificação deverão ser impressos em 03 (três) vias de igual conteúdo, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 21.4.2. Após assinatura, o Contrato e Termo de Ciência e Notificação deverão ser postados via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: Prefeitura Municipal de Registro Secretaria Municipal de Administração Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.
- **21.4.2.1.** O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- **21.4.2.2.** Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



- **21.4.3.** A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da CONTRATADA para o endereço indicado.
- **21.4.3.1.** O não envio do Contrato à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- **21.4.3.2.** Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 21.5. Para a assinatura do Contrato e para as eventuais contratações, a CONTRATADA deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- **21.5.1.** A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação consignadas no edital, durante a vigência do Contrato.
- **21.6.** A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a às sanções previstas no **item 29** e subitens.

22. DA VIGÊNCIA

- **22.1.** O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias.
- **22.1.1.** O término da vigência deste contrato, não desobriga a CONTRATADA e CONTRATANTE no cumprimento das condições estabelecidas, em especial, sobre a garantia, conforme **item 25** deste Edital.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



23. <u>DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENT</u>REGA

- 23.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações e exigências constantes no ANEXO I Termo de Referência, proposta e catálogo apresentados. Caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme 14.4.), qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo do SESMT Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo estipulado. Correm por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.
- **23.2.** Os produtos deverão ser entregues no **SESMT Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho**, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro Registro/SP CEP 11.900-000, no prazo de até **15 (quinze) dias**, a contar a partir do recebimento da nota de empenho.
- **23.2.1.** O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria interessada.
- 23.3. Juntamente com cada um dos equipamentos, deverão ser entregues o Certificado de Calibração dos Aparelhos (INMETRO) com validade de 01 ano, e o seu descumprimento poderá acarretar as penalidades previstas no item 29.
- **23.3.1.** Este Certificado de Calibração deverá ser emitido por laboratório de calibração, **reconhecido e acreditado pelo Inmetro**, cujas informações são padronizadas pela norma NBR ISO/IEC 17025.
- 23.4. Todos os produtos deverão constar em sua embalagem: procedência, instruções de uso do produto, modelo, marca, fabricante, responsável técnico, INMETRO, nº do lote, data de fabricação e validade mínima, conforme especificação de cada item, a partir da data da entrega, nos casos em que for necessário.
- 23.5. Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado pela Secretaria interessada, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 23.5.1. Os materiais/produtos deverão ser entregues no local indicado, livres e desembaraçados com o transporte desde a origem até o destino final. Qualquer custo referente a tais serviços, bem como qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega ficará sob a responsabilidade da licitante vencedora.
- 23.6. Fica reservado à Secretaria interessada o direito de não proceder o recebimento, caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme subitem 14.4.), qualidade e/ou quantidades inferiores. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.
- 23.7. No ato da entrega, caso os produtos cotados tenham saído de linha, deverão ser entregues aqueles que substituíram os antigos modelos, ou seja, os mais atualizados/superiores, existentes no mercado, sem ensejar ônus para a Prefeitura Municipal de Registro, devendo ser fornecidos os respectivos comprovantes sobre a descontinuidade dos produtos.
- 23.8. A contratada deverá entregar juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação, escritos em língua portuguesa e também disponibilizados em mídia eletrônica (CD/DVD), o que será verificado pelo usuário, quando da respectiva entrega. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o português.

24. <u>DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO</u>

24.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da CONTRATADA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do produto, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com o item 23 deste Edital.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	_ , ,	



- **24.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **24.2.1.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 24.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.
- 24.3. Não obstante o fato da CONTRATADA ser o única e exclusiva responsável pela entrega dos produtos, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Administração, através do(a) Senhor(a) Secretário(a) ou pessoa responsável por ele(a) indicado(a), sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **24.3.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- Ordenar à licitante vencedora corrigir, reentregar ou refazer a montagem, das partes dos produtos que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **24.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- **24.3.3.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **CONTRATADA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.

Dubais 43 (Ossa da Asbeiristas 22)	03 (D	Mata da bodala	
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	_



- **24.3.4.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 24.3.5. A Secretaria Municipal de Administração notificará a contratada por escrito, dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento dos materiais sobre os itens que deverão ser substituídos, para que a troca ocorra no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após a comunicação da Secretaria Municipal de Administração. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Contrato, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **24.3.6.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos, inclusive seguro.
- 24.4. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a CONTRATADA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- 24.5. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos que o produto fornecido venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 24.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Contrato, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- 24.7. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **24.8.** A Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **24.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **CONTRATANTE** poderá:
- Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição/complementação/refazimento, a CONTRATADA deverá fazê-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, mantido o preço inicialmente contratado. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Contrato, assim também como possível aplicação de penalidades.

25. DA GARANTIA

- 25.1. O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanadas os problemas que se fizeram necessária o uso da garantia.
- 25.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **25.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Nubilica i (Sec. de Administração)	_ 2 (Nequerente)	_ visto do suridico



- 25.3.1. A CONTRATADA obrigar-se á oferecer prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses após a entrega dos equipamentos, sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro ou à Secretaria Municipal de Administração. Ressalvados os casos em que outro seja estabelecido pela lei, fabricante ou pelo próprio fornecedor, devendo neste último caso, ser especificado o prazo na proposta. A contratada obrigar-se-á a demonstrar as informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados. A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a repassar à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO o prazo de garantia ofertado pelo fabricante dos produtos, caso este seja maior que o prazo mínimo estipulado neste item.
- **25.3.2.** Faculta-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
- 25.4. Compreende-se como garantia a manutenção corretiva ou troca do produto (em caso de impossibilidade de manutenção), inclusive com a retirada, devolução e o transporte do produto, tudo sem custos adicionais à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso.
- **25.5.** A licitante vencedora, obrigatoriamente, deverá garantir assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante, para os equipamentos, principalmente no fornecimento de peças, através de representante(s) credenciado(s), pelo período de garantia previsto neste **subitem**.
- **25.6.** Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro.
- **25.7.** A manutenção do equipamento, não deverá ultrapassar o período de 30 (trinta) dias. Após este prazo, a CONTRATADA deverá entregar novo equipamento à CONTRATANTE.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico _	



26. <u>DA FORMA DE PAGAMENTO</u>

- 26.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá ser entregue juntamente com os produtos, no local indicado pelo SESMT Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 26.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- 26.3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **26.3.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **26.4.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- 26.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **26.6.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

27. <u>DO CRITÉRIO DE REAJUSTE</u>

27.1. Os preços não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , -	. ,	

28. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

28.1. **DOS DIREITOS**

28.1.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

28.2. DAS OBRIGAÇÕES

- **28.2.1.** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução da Contrato;
- c) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a entrega dos produtos;
- d) Notificar por escrito à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção, bem como comunicar à mesma com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- e) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;
- Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que f) atendidas às obrigações contratuais.

28

8.2.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:				
Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico				
C.N.PJ. 45.685.872/0001-79				



- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da entrega dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação; c)
- d) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que e) comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes do Contrato:
- Comunicar ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas g) qualquer ocorrência anormal, que impeça a entrega dos produtos;
- h) Cumprir todas as orientações do **CONTRATANTE** para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato para terceiros;
- j) Sujeitar-se mais ampla irrestrita fiscalização а е por parte do **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obed s, e cump

Obedecer aos prazos estipulo cumprir todas as exigências c	•	
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Rua José Antônio de Campos nº	J. 45.685.872/0001-79 250 – Centro – Registro/SP w.registro.sp.gov.br	- Tel. 13-3828-1000



- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- **m)** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- n) A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Contrato;
- Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Contrato, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da CONTRATADA.
- p) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, facultada a supressão além desse limite;

29. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>

- **29.1.** Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **29.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, , , ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- **b)** Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou no Contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 29.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.
- 29.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente documentos de habilitação e/ou documentos complementares, da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado (na hipótese de impossibilidade de saneamento) caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 29.3.1. As mesmas sanções serão aplicadas à Contratada que, deixar de atender ou apresentar o documento exigido no subitem 23.3., ou apresentá-lo(s) de forma defeituosa.
- 29.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar o Contrato e/ou Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
- **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 29.5. Pela inexecução total ou parcial do Contrato e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- **29.6.** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- **29.7.** Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **subitem 29.1.1 alíneas c)** e/ou **d).**

www.registro.sp.gov.br

u).		
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
C.N.PJ Rua José Antônio de Campos nº 3	. 45.685.872/0001-79 250 – Centro – Registro/SP - 7	Геl. 13-3828-1000



- 29.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 29.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- **29.9.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- **29.9.2.** A sanção estabelecida no **subitem 29.1.1 alínea d)** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 29.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até 10 (dez) dias da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- **29.10.1.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- **29.10.2.** Na impossibilidade da aplicação do **subitem 29.10.1** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- 29.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-seá comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	. ,	



30. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- **30.1.** O contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- **30.2.** O contrato poderá ser rescindido:
- a) Por ato unilateral da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- **b)** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.
- 30.3. A rescisão do contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos produtos pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.
- **30.4.** A **CONTRATADA** reconhece, desde já, os direitos do **CONTRATANTE** nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

31. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 31.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 31.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **31.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **31.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.
- **31.5.** (O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.
- **31.6.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **31.7.** O(s) proponente(s) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- **31.8.** A adjudicação do(s) item(s) deste **PREGÃO** não implicará em direito à contratação.
- 31.9. Ao PREGOEIRO ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- **31.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante da Contrato, independentemente de transcrição.
- **31.11.** Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação vigente.
- 31.12. O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município Diário Eletrônico em www.registro.sp.gov.br e divulgados no site Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR https://comprasbr.com.br.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	,	
C	N P I 45 685 872/0001-70	



- **31.13.** É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão disponibilizados no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR https://comprasbr.com.br.
- **31.14.** O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.
- **31.15.** Integram o presente Edital:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP;

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO V MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO VI CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020.

Registro/SP, 09 de abril de 2020.

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração - Substituto

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – da Prefeitura de Registro é responsável por elaborar atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Também é responsável pela elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com avaliações periódicas da saúde dos trabalhadores e realização dos exames Admissionais, Periódicos, Retorno ao Trabalho e Demissionais com emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).

Outras atribuições do SESMT – Registro são: a elaboração e revisão anual do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) dos locais de trabalho da Prefeitura.

O SESMT ainda emite os laudos de insalubridade e periculosidade e orienta os servidores sobre o uso de equipamentos de proteção individual.

2. OBJETIVO

Compra de equipamentos de higiene ocupacional para avaliação ambiental, com os seguintes itens:

- Kit de higiene ocupacional acústico;
- Termômetro de globo digital com datalogger;
- Medidor de vibrações ocupacionais de corpo inteiro e de mãos e braços;
- Kit de higiene ocupacional para agentes químicos; e
- Calibrador digital para bombas de amostragem.

2.1. OBJETIVO ESPECÍFICO

- Antecipação e Reconhecimento dos Riscos;
- Avaliação Qualitativa dos Riscos;
- Estratégia de Avaliação Quantitativa dos Riscos;
- Tratamento dos Resultados;
- Cronograma de Ações (Plano de Ação);
- Verificação da Eficácia;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Antecipação e Reconhecimento dos Riscos

A etapa de antecipação e reconhecimento dos riscos consiste em, quando possível, agir antes que os riscos se materializem ou, se já existentes, na identificação dos mesmos através do uso de ferramentas e técnicas adequadas.

Uma das ferramentas mais referenciadas para condução desse processo e que será a base do reconhecimento dos riscos neste programa chama-se APR-HO – Analise Preliminar de Riscos de Higiene Ocupacional. Através de sua utilização, todas as atividades desempenhadas nas mais diversas áreas da prefeitura, são avaliadas com um enfoque direcionado aos riscos ambientais de cada Grupo Homogêneo de Exposição (GHE).

Avaliação Qualitativa dos Riscos

Esta etapa do processo consiste em determinar, de forma qualitativa, o nível de risco gerado pelos agentes ambientais para cada GHE. Estes dados serão usados para definir a priorização, tanto em termos de medições quanto em termos de medidas de controle a serem implantadas.

A avaliação será realizada com o auxílio da matriz qualitativa, que determinará a probabilidade de exposição a determinado risco e a severidade dos danos em caso de ocorrência. A resultante desse cruzamento produzirá o Nível de Risco para cada GHE em relação a todos os riscos identificados na prefeitura.

Categorias de Probabilidade

Probabilidade	Descrição
Improvável	A exposição acontece, inferior a 4 horas/mês (<4h/mês).
Remoto	A exposição acontece, inferior a 4 horas/semana (<4h/semana).
Ocasional	A exposição acontece, entre 4 e 8 horas/semana (4-8h/semana).
Provável	A exposição acontece inferior a 4 horas/dia (<4h/dia).
Frequente	A exposição acontece 4 e 8 horas/dia (4-8/dia).

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
` , , _			



Categorias de Severidade

Severidade	Descrição
Insignificante	Não há indícios de efeitos adversos à saúde. Não há definição de Limite de Tolerância. Não é esperada a ocorrência de danos/lesões.
Baixa	Ruído: não há, aparentemente, necessidade do uso de EPI; o ruído é sensitivamente baixo (julgamento profissional); não há queixas ou reclamações dos empregados. Calor: fonte (natural ou artificial) de calor; não há sinais visuais de sudorese (suor) nos empregados expostos; não há queixas ou reclamações dos empregados. VCI: o veículo/equipamento, incluindo seu assento e seu sistema de amortecimento, aparenta estar em boas condições de manutenção; o pavimento de tráfego não aparenta desníveis, depressões, buracos, etc.; não há queixas ou reclamações dos empregados. Demais agentes: Efeitos adversos leves à saúde ou reversíveis, que não deixam sequelas. Limite de Tolerância maior que 100 ppm ou maior que 10 mg/m³. Não há definição de Limite Teto/Stel. Não possui sinalização como agente "absorção pela pele". Possibilidade da ocorrência de danos/lesões reversíveis sem perda de tempo.
Média	Ruído: é percebida a utilização ou a necessidade do uso de EPI; o ruído é sensitivamente alto (julgamento profissional); há queixas ou reclamações dos empregados. Calor: há fonte (natural ou artificial) de calor; há sinais visuais de sudorese (suor) nos empregados expostos; há queixas ou reclamações dos empregados. VCI: o veículo/equipamento, incluindo seu assento e seu sistema de amortecimento, aparenta ausência de manutenção; o pavimento de tráfego aparenta desníveis, depressões, buracos, etc.; há queixas ou reclamações dos empregados. Demais agentes: Efeitos adversos agudos à saúde ou irreversíveis, capaz de gerar sequelas ou irritação. Limite de Tolerância entre 10 e 100 ppm ou entre 1 e 10 mg/m³. Há definição de Limite Teto/Stel. Há possibilidade de deficiência de oxigênio. Possui sinalização como agente "absorção pela pele", porém sem contato cutâneo. Aparente descontrole das condições de trabalho com possibilidade da ocorrência de danos/lesões, reversíveis, com perda de tempo ou irreversíveis.
Alta	Há efeitos adversos expressivos à saúde, com possibilidade de intoxicação severa ou com risco de morte. Limite de Tolerância menor que 10 ppm ou menor que 1 mg/m³. Há risco aparente de deficiência de oxigênio. Há exposição cutânea severa a substância com sinalização "absorção pela pele". Classificado como: carcinogênico, mutagênico, teratogênico ou sensibilizante respiratório. Possibilidade de ocorrência de danos/lesões incapacitantes, degenerativas ou morte.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Categorias de Nível de Risco

	Probabilidade					
		Improvável	Remoto	Ocasional	Provável	Frequente
Severidade	Insignificante	Marginal	Marginal	Moderado	Moderado	Moderado
	Baixa	Marginal	Moderado	Relevante	Relevante	Crítico
	Média	Moderado	Moderado	Relevante	Crítico	Intolerável
	Alta	Moderado	Relevante	Crítico	Intolerável	Intolerável

LEGENDA MATRIZ	
Marginal	
Moderado	
Relevante	
Crítico	
Intolerável	

Estratégia de Avaliação Quantitativa dos Riscos

O plano de monitoramento ambiental deve ser estabelecido, tendo como premissas:

- Priorizar o monitoramento dos GHEs com os mais elevados "Grau de Risco Qualitativo".
- Priorizar o monitoramento dos agentes carcinogênicos, mutagênicos, teratogênicos e sensibilizantes respiratórios.
- O número mínimo de medições para cada agente deverá atender as premissas estatísticas para que o resultado apresentado seja confiável em termos de tratamento dos resultados.
- Os monitoramentos devem respeitar a aleatoriedade de escolha para os indivíduos amostrados, considerando os critérios da metodologia de amostragem. Coletas "não aleatórias" podem ser necessárias, de acordo com o julgamento do profissional responsável pela avaliação.
- As metodologias de amostragem e análise devem ser reconhecidas (Fundacentro, NIOSH, entre outros) e os profissionais que realizam as amostragens e as análises devem estar adequadamente capacitados e habilitados.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , -		



 As avaliações devem ser realizadas em período ou dia(s) em que a condição de trabalho ocorre de maneira "não ocasional", considerando dias típicos de trabalho, onde a ocorrência de tarefas habituais é predominante à ocorrência de tarefas eventuais.

Tratamento dos Resultados

Os resultados encontrados nas medições ambientais serão analisados e tratados de forma estatística, quando aplicável, para que se obtenha a exposição média verdadeira, com um nível de confiança estabelecido.

Cronograma de Ações

Tomando como base os resultados encontrados nas avaliações qualitativa e quantitativa, o cronograma de ações será elaborado de acordo com as diretrizes definidas no quadro abaixo:

Nível de Risco	Controles Necessários
Marginal	Higiene Ocupacional: Não há necessidade de quantificar o risco.
Moderado	Higiene Ocupacional: Quantificar o risco caso exista histórico clínico/ocupacional com reflexos à saúde. Não há necessidade de adoção de medidas de controle individuais. Manter as medidas de controle coletivas. Acidente: Verificar histórico clínico/ocupacional da inexistência de danos/lesões. O histórico da não ocorrência de danos/lesões dispensa a adoção de medidas de controle. Manter as medidas de controle coletivas.
Relevante	Higiene Ocupacional: Há necessidade de quantificar o risco para o dimensionamento das medidas de controle. Há necessidade de adoção de medidas de controle individuais até a quantificação do risco e se implante ou revise as medidas de controle coletivas. Havendo avaliação quantitativa, manter as medidas de controle individuais e implantar ou revisar as medidas de controle coletivas. Acidente: O histórico da ocorrência de danos/lesões requer a adoção de medidas de controle.

Rubrica 1a (Sec. de Administrac	ão) 2	^a (Reguerente)	Visto do Jurídico



Crítico	Higiene Ocupacional: Priorizar avaliações quantitativas, para confirmar o nível de risco, visando subsidiar o dimensionado das medidas de controle. Há necessidade de adoção de medidas de controle individuais até a quantificação do risco e se implante ou revise as medidas de controle coletivas. Havendo avaliação quantitativa, priorizar a implantação ou revisão das medidas de controle coletivas capazes de, no mínimo, o rebaixamento do risco, mantendo as medidas de controle individuais. Manter rígido controle de monitoramento/avaliação quantitativa de modo a subsidiar a implantação de medidas de controle e monitoramento biológico. Acidente: O histórico regular da ocorrência de danos/lesões reversíveis ou irreversíveis, requer a adoção imediata de medidas de controle.
Intolerável	Higiene Ocupacional: Interromper a atividade até a adoção imediata de medidas de controle coletivas e/ou individuais, adequadas a dimensão do risco. Priorizar avaliações quantitativas para confirmar o nível de risco, visando ratificar/retificar a necessidade de interrupção da atividade e/ou subsidiar medidas de controle. Acidente: O histórico regular da ocorrência de danos/lesões incapacitantes requer a interrupção da atividade até a adoção de medidas de controle.

Verificação da Eficácia

A última etapa da metodologia de desenvolvimento do programa consiste em avaliar a eficácia das medidas de controle implantadas. Com muita frequência esta etapa pode ser desenvolvida somente em um novo ciclo do programa, uma vez que muitas medidas possuem prazo para serem implantadas. Dessa forma, por conveniência, a avaliação da eficácia, realizada no programa atual, e contemplada junto a avaliação global do programa, fará referência às medidas de controle implantadas no ciclo passado.

A eficácia poderá ser comprovada, dentre outras formas, pela redução dos resultados encontrados nas avaliações ambientais e pelo controle permanente através de exames médicos que comprovem a isenção de impactos ao organismo dos trabalhadores.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
rtabrica i (ecc. do rtarimietragae)	2 (1.0940101110)	victo de dandide



3. JUSTIFICATIVA

A aquisição se faz necessária para atendimento a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor, pois são através dos aparelhos de higiene ocupacional, que são avaliados quantitativamente os agentes ambientais físicos ou químicos presentes nos ambientes de trabalho, para verificar se estão acima do limite de tolerância, visando a preservação da saúde e da integridade dos servidores do município de Registro – SP.

4. FINALIDADE

Realizar o levantamento das avaliações ambientais para elaboração dos Programas Técnicos e Laudos, conforme exigências legais. Através destes levantamentos, executar as medidas de controle necessárias para garantir e preservar a integridade física dos trabalhadores.

Esses levantamentos são fundamentais para elaboração e revisão dos documentos de saúde e segurança do trabalho, como PCMSO (NR 7), PPRA (NR 9) que conforme Legislação Específica, devem ser reavaliados pelo menos uma vez ao ano.

Também, na revisão do LTCAT, (INSS), e elaboração dos LAUDOS DE INSALUBRIDADE (NR 15), e PPP (PREVIDENCIÁRIO).

Vale ressaltar que esses relatórios técnicos servem como provas para ações judiciais trabalhistas e previdenciárias

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do **processo administrativo nº 060/2020.**

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
((- 1)	



6. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Medidor de vibrações ocupacionais VCI e VMB com Carregador portátil 6.1. bivolt, Cabo USB, Sensor para vibração de corpo Sensor para vibração de mãos e braços, 3 acessórios de fixação do sensor de vibração de mãos e braços, Chave Allen, Parafuso de fixação do sensor aos acessórios de fixação, Certificado de calibração digital e Maleta de transporte.

Características técnicas:

Display: Tela LCD retro iluminada de alto contraste

Medições simultâneas de vibração nos 3 eixos: X, Y e Z

Medições de corpo inteiro com acelerômetro triaxial de assento.

Medições de mão-braço com acelerômetro triaxial e adaptadores para montagem.

Ponderação de frequência VCI: Wk e Wd

Ponderação de frequência VMB: Wh

Parâmetros de medição: RMS, VDV, VDVR, Am, Amr, Are, Aren, Arep e Fc.

Indicação de sobrecarga (overload)

Calibração por sensibilidade ou calibrador externo

Memória de 60 medições ou aproximadamente 20 k registros

Taxa de amostragem: 1 a 60 segundos

Temperatura de operação: 0 a 70 °C Umidade de d

Alta resistênc

Alimentação:

Autonomia da

Comunicação

Dimensões: 9

Peso do instru

de de operação: 0 a 95 % UR
sistência a EMI/RFI
ntação: Bateria Li-ion
omia da bateria: 10 h
nicação com fio (USB)
sões: 90 x 62 x 24 mm
do instrumento: 125g
Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico
C.N.PJ. 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos nº 250 – Centro – Registro/SP - Tel. 13-3828-1000 www.registro.sp.gov.br



6.2. Termômetro de Globo Digital com Datalogger, composto por 1 Tripé com regulagem de altura, 1Recipiente com água, Cordões de algodão, Certificado de Calibração Digital e 1 Maleta de Transporte.

Características técnicas:

Display: Tela LCD retro iluminada de alto contraste

Escalas: -20 a 150 °C

Precisão: ± 0.5 °C Resolução: 0,1 °C

Temperatura de operação: 0 a 65 °C

Umidade de operação: 0 a 95 %

Leituras em graus Celcius (°C) ou Fahrenheit (°F)

Fornecimento de relatórios em listas e gráficos

Memória de 60 medições ou aproximadamente 20 k registros

Taxa de amostragem: 1 a 60 segundos

Alta resistência a EMI/RFI Alimentação: Bateria Li-ion Autonomia da bateria: 48h

Carregador: Bivolt com conexão USB

Dimensões: 220 x 140 x 40 mm

Peso: 350g

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



6.3. Kit de higiene ocupacional de agentes químicos composto por 1 amostrador para coleta de poeiras inaláveis, 1 bomba de amostragem programável digital, 1 ciclone de alumínio, 1 ciclone de nylon, 1 ciclone de fração torácica, 1 câmara de calibração para ciclone de alumínio, 1 kit de baixa vazão, 1 suporte de calibração para amostradores de poeiras inaláveis, 1 suporte para cassetes, mangueiras, certificado de calibração digital e maleta de transporte.

Características técnicas da Bomba de Amostragem:

Display: Tela LCD retro iluminada de alto contraste com indicação de nível da bateria, tempo de amostragem, vazão e volume.

Escala de Fluxo: Até 6,0 L/min (Fluxo de 0,01 a 0,5 L/min com acessório opcional LF-500).

Programável: Vazão e tempo

Filtro externo de proteção do motor (Permite a limpeza em campo)

Alimentação: Bateria Li-ion Fonte de alimentação: Bivolt Alta resistência a EMI/RFI

Calibração via teclado, dispensa chaves de ajuste

Sistema de compensação de fluxo para até 16" de H2O

Dimensões: 85 x 100 x 35mm

Peso: 220g

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico
0.11.51.45.055.0504.55



6.4. Calibrador digital para bombas de amostragem utilizado para ajuste do fluxo de bombas de amostragem para análise de aerodispersóides, gases e vapores, com Câmara de amortecimento, Mangueiras e Certificado de calibração digital.

Características técnicas:

Display: Tela LCD retro iluminada de alto contraste

Escalas de fluxo:

Baixa vazão: 0,001 a 0,500 l/min

Alta vazão: 0,501 a 6,000 l/min

Precisão: 2,0%

Temperatura: 0 a 50 °C (Precisão de 1 °C)

Resolução: 0,1°C

Pressão atmosférica: 260 a 1260 hPa

Resolução: 1 hPa

Modos de fluxo: Sucção

Temperatura de operação: 0 a 50 °C

Umidade de operação: 0 a 95 %

Alimentação: Bateria Li-ion Autonomia da bateria: 30h

Carregador bivolt

Dimensões: 120 x 70 x 55mm

Peso: 147g

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



6.5. Kit para higiene ocupacional acústica, composta por 4 Dosímetros de Ruído; 1 Calibrador Digital Acústico; Certificado de Calibração Digital e 1 Maleta de Transporte.

Características técnicas do Dosímetro de Ruído:

Display: Alfanumérico de cristal líquido com iluminação.

Microfone de ½" com entrada auxiliar tipo P2 para inserção de sinais elétricos.

Escala: 40 a 140 dB

Frequência de ponderação: A, C e Z

Tempo de resposta: Rápido (Fast), Lento (Slow) e Impulso (Impulse)

Níveis de Critério: 80 a 90dB Nível Limiar: 60 a 90dB

Fator duplicativo: 3, 4, 5 ou 6dB

Indicação de pico: 115dB

Dose de ruído para o período avaliado (NR-15, NHO-01 e mais 1 configurável

simultâneos).

Dose de ruído projetada, Lavg, Leq, NE, NEN, TWA Análise digital de 1/1 e 1/3 de oitava em tempo real.

Análise digital FFT em tempo real. Histograma do período avaliado. Calibração acústica automática.

Função agenda: Programação para início, pausa e fim de dosimetria.

Alta resistência a EMI/RFI

Indicação do percentual de bateria (0 a 100%)

Alimentação: Bateria de íons de lítio, 3,7 V, 1.000 mAh

Autonomia da bateria: 12h

Registrador de dados avançados, incluindo análise espectral

Comunicação com fio (USB) Dimensões: 90 x 57 x 22mm

Peso: 79q

Características técnicas do Calibrador Acústico Digital:

Níveis de pressão sonora: 94 e 114 dB

Precisão: ± 0,3 dB Frequência: 1000 Hz

Aplicado em ponderação A, C e Z

Para microfones de 1/2"

Temperatura de operação: 0 a 65 °C Umidade de operação: 0 a 95 %

Alimentação:

Dimensões:

Peso: 60g

ntação: Pilha AA sões: 140 x 70 x 25mm 60g			
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
C.N.PJ. 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos nº 250 – Centro – Registro/SP - Tel. 13-3828-1000 www.registro.sp.gov.br			



7. BENEFÍCIOS DO PROJETO

O principal benefício do projeto é a preservação da saúde e da integridade dos servidores do município de Registro – SP, pois com a aquisição dos aparelhos de avaliação quantitativa de Higiene Ocupacional, poderá analisar as reais condições de exposição dos servidores aos agentes ambientais físicos ou químicos no ambiente de trabalho, além da elaboração de programas e laudos de saúde e segurança do trabalho.

8. DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
1	Medidor de vibrações ocupacionais VCI e VMB, conforme Termo de Referência.		UNID.
2	Termômetro de globo digital com datalogger (IBUTG), conforme Termo de Referência.	01	UNID.
3	Kit de Higiene ocupacional Agentes Químicos, conforme Termo de Referência.	01	KIT
4	Calibrador digital para bombas de amostragem, conforme Termo de Referência.		UNID.
5	Kit Higiene ocupacional – Acústica, conforme Termo de Referência.	01	KIT



ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 060/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2020

(nome da empresa), com sede na			
(endereço), inscrita no CNPJ sob o nº, vem através de seu representante legal abaixo assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, manifestar a sua opção pelo tratamento diferenciado e favorecido, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.			
DECLARA ainda, ser:			
Microempresa e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.			
[] Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.			
Declaro ainda ter conhecimento dos termos na integra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 028/2020 , realizado pela Prefeitura Municipal de Registro. Declaro ainda, que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhumas das situações previstas no artigo 3º, § 4º, Incisos I a X, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 (artigo 3º. § 6º, Lei Complementar nº 123/06).			
Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.			
Em de de 2020.			
(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)			



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 060/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE HIGIENE OCUPACIONAL PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL, PARA USO DA EQUIPE DO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO.

- Declaro, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 / 2002, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, e assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação;
- Declaro, com relação ao que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998, que não possuímos no nosso quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- Declaro a inexistência de fato impeditivo quanto à: participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02; e participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93 (conforme Súmula nº 51 do TCESP);
- Declaro ter conhecimento e aceitar as condições estabelecidas no Edital acima referido para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público municipal da ativa:

	mamorpar da dava,
•	Indico que a pessoa responsável para fins de assinatura da Contrato e Termo de Ciência e
	Notificação oriundos da presente licitação será: (nome completo), Portador(a) da Carteira
	de Identidade n° e do CPF n°(e-mail institucional
	; e-mail pessoal:).
•	Declaro que reunimos condições de apresentar no ato da entrega do(s) equipamento(s), o Certificado de Calibração dos Aparelhos (INMETRO), com validade de 01 ano. (conforme subitem 23.3 do Edital).
	Registro/SP, de de 2020.
	(assinatura do representante legal e carimbo da empresa)



ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020

Contrato celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, através da
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sito na Rua José Antônio de
Campos, 250 - Centro - Registro/SP, representada neste ato pelo PREFEITO
MUNICIPAL, Senhor GILSON WAGNER FANTIN, brasileiro, portador do RG. nº
X.XXX.XXX-X - XXX/XX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e
domiciliado à Rua XXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXX, neste Município e
Comarca de Registro, Estado de São Paulo, doravante denominado CONTRATANTE,
e, sito na
, inscrita no Cadastro Nacional de
Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o
nº, representada neste ato por
, inscrito no Cadastro de
Pessoas Físicas sob o nº, (Cargo que ocupa na empresa), doravante denominada CONTRATADA , para a execução do
objeto descrito na Cláusula Primeira, constante do Processo Administrativo nº
060/2020 - Pregão Eletrônico nº 028/2020, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DE HIGIENE OCUPACIONAL PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL,
PARA USO DA EQUIPE DO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM
ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO) DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO. As especificações detalhadas
encontram-se no ANEXO I do edital que faz parte integrante deste, regendo-se pelo
Decreto Federal nº 10.024/2019; Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se,
subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº
8.666/1993, com as alterações posteriores; Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei
Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.078/1990 do
Código de Defesa do Consumidor, e as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:
,

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a AVALIAÇÃO AMBIENTAL, PARA USO DA EQUIPE DO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO. Sendo:

1.2.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MARCA/ MODELO	VL. UNIT.	VL. TOTAL

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor do presente contrato é de R\$(........), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total entrega do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. OR. 01.02.03.00.004.122.0004.2018.4.4.90.52 – Tesouro – Prefeitura Municipal de Registro – Sec. Municipal de Administração – Administração – Administração Geral – Apoio Administrativo – Secretarias Meio – Manut. Atividades da Secretaria de Administração – Equipamentos e Material Permanente – Ficha nº 7 – Reserva 115.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- **4.1.** O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias.
- **4.2.** O término da vigência deste contrato, não desobriga a CONTRATADA e CONTRATANTE no cumprimento das condições estabelecidas, em especial, sobre a garantia, conforme **Cláusula Sétima.**

<u>CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA</u>

5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações e exigências constantes no ANEXO I – Termo de Referência, proposta e catálogo apresentados. Caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme 14.4. do Edital), qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo estipulado. Correm por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , –	. ,	



- 5.2. Os produtos deverão ser entregues no SESMT Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro Registro/SP CEP 11.900-000, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar a partir do recebimento da nota de empenho.
- **5.2.1.** O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria interessada.
- 5.3. Juntamente com cada um dos equipamentos, deverão ser entregues o Certificado de Calibração dos Aparelhos (INMETRO) com validade de 01 ano, e o seu descumprimento poderá acarretar as penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira.
- 5.3.1. Este Certificado de Calibração deverá ser emitido por laboratório de calibração, reconhecido e acreditado pelo Inmetro, cujas informações são padronizadas pela norma NBR ISO/IEC 17025.
- 5.4. Todos os produtos deverão constar em sua embalagem: procedência, instruções de uso do produto, modelo, marca, fabricante, responsável técnico, INMETRO, nº do lote, data de fabricação e validade mínima, conforme especificação de cada item, a partir da data da entrega, nos casos em que for necessário.
- 5.5. Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado pela Secretaria interessada, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.
- 5.5.1. Os materiais/produtos deverão ser entregues no local indicado, livres e desembaraçados com o transporte desde a origem até o destino final. Qualquer custo referente a tais serviços, bem como qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega ficará sob a responsabilidade da licitante vencedora.
- 5.6. Fica reservado à Secretaria interessada o direito de não proceder o recebimento, caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme subitem 14.4. do Edital), qualidade e/ou quantidades inferiores. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
,	, , ,	



- 5.7. No ato da entrega, caso os produtos cotados tenham saído de linha, deverão ser entregues aqueles que substituíram os antigos modelos, ou seja, os mais atualizados/superiores, existentes no mercado, sem ensejar ônus para a Prefeitura Municipal de Registro, devendo ser fornecidos os respectivos comprovantes sobre a descontinuidade dos produtos.
- 5.8. A contratada deverá entregar juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação, escritos em língua portuguesa e também disponibilizados em mídia eletrônica (CD/DVD), o que será verificado pelo usuário, quando da respectiva entrega. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o português.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 6.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da CONTRATADA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do produto, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com a Cláusula Quinta.
- **6.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **6.2.1.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 6.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
, ,	. , ,		
	N. D. L. 45 005 070/0004 70		



- Não obstante o fato da CONTRATADA ser o única e exclusiva responsável pela entrega dos produtos, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Administração, através do(a) Senhor(a) Secretário(a) ou pessoa responsável por ele(a) indicado(a), sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **6.3.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- c) Ordenar à licitante vencedora corrigir, reentregar ou refazer a montagem, das partes dos produtos que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- d) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **6.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- **6.3.3.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **CONTRATADA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.
- **6.3.4.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 6.3.5. A Secretaria Municipal de Administração notificará a contratada por escrito, dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento dos materiais sobre os itens que deverão ser substituídos, para que a troca ocorra no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após a comunicação da Secretaria Municipal de Administração. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Contrato, assim também como possível aplicação de penalidades.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
, ,	,		



- **6.3.6.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos, inclusive seguro.
- O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a CONTRATADA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- 6.5. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos que o produto fornecido venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 6.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Contrato, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- 6.8. A Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **6.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **CONTRATANTE** poderá:
- c) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) Na hipótese de substituição/complementação/refazimento, a CONTRATADA deverá fazê-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, mantido o preço inicialmente contratado. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Contrato, assim também como possível aplicação de penalidades.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	, ,	
•		



CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

- 7.1. O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanadas os problemas que se fizeram necessária o uso da garantia.
- 7.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **7.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.
- 7.3.1. A CONTRATADA obrigar-se á oferecer prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses após a entrega dos equipamentos, sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro ou à Secretaria Municipal de Administração. Ressalvados os casos em que outro seja estabelecido pela lei, fabricante ou pelo próprio fornecedor, devendo neste último caso, ser especificado o prazo na proposta. A contratada obrigar-se-á a demonstrar as informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados. A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a repassar à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO o prazo de garantia ofertado pelo fabricante dos produtos, caso este seja maior que o prazo mínimo estipulado neste item.
- 7.3.2. Faculta-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,		



- 7.4. Compreende-se como garantia a manutenção corretiva ou troca do produto (em caso de impossibilidade de manutenção), inclusive com a retirada, devolução e o transporte do produto, tudo sem custos adicionais à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso.
- **7.5.** A licitante vencedora, obrigatoriamente, deverá garantir assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante, para os equipamentos, principalmente no fornecimento de peças, através de representante(s) credenciado(s), pelo período de garantia previsto nesta **Cláusula**.
- **7.6.** Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro.
- **7.7.** A manutenção do equipamento, não deverá ultrapassar o período de 30 (trinta) dias. Após este prazo, a CONTRATADA deverá entregar novo equipamento à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá ser entregue juntamente com os produtos, no local indicado pelo SESMT Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 8.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- 8.3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **8.3.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , ,	O N D L 45 005 070/0004 70	
	C.N.PJ. 45.685.872/0001-79	



- **8.4.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- 8.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **8.6.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA NONA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1. Os preços não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DOS DIREITOS

10.1.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES

- 10.2.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:
 - a) Efetuar o pagamento ajustado;
 - b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução da Contrato;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



- c) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a entrega dos produtos;
- d) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção, bem como comunicar à mesma com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- e) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;
- f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

10.2.2. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da entrega dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes do Contrato;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
C.	N.PJ. 45.685.872/0001-79	



- **g)** Comunicar ao **CONTRATANTE** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a entrega dos produtos;
- h) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram:
- **k)** Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas dos itens, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Contrato;
- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- **m)** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- n) A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Contrato;
- o) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Contrato, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da CONTRATADA.
- p) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, facultada a supressão além desse limite;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **11.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
 - **a)** Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
 - **b)** Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou no Contrato;
 - c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 11.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- 11.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente documentos de habilitação e/ou documentos complementares, da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado (na hipótese de impossibilidade de saneamento) caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
 - **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.3.1. As mesmas sanções serão aplicadas à Contratada que, deixar de atender ou apresentar o documento exigido no subitem 23.3. do Edital, ou apresentá-lo(s) de forma defeituosa.
- 11.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar o Contrato e/ou Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
 - **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.5. Pela inexecução total ou parcial do Contrato e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
 - a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
 - **b)** Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
((**** - (***************************	



- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.6. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 11.7. Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no subitem 11.1.1. alíneas c) e/ou d).
- 11.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 11.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- **11.9.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- **11.9.2.** A sanção estabelecida no **subitem 11.1.1. alínea d)** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 11.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até 10 (dez) dias da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- **11.10.1.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- **11.10.2.** Na impossibilidade da aplicação do **subitem 11.10.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- 11.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-seá comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- **12.1.** O contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- **12.2.** O contrato poderá ser rescindido:
 - a) Por ato unilateral da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - **b)** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação.
- 12.3. A rescisão do contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos produtos pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.
- 12.4. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1. O presente Contrato está vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 028/2020** e à proposta da **CONTRATADA**, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA

14.1. O presente Contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) __

5.1.	Fica eleito o Foro da Comarca de RE oriundas do presente Contrato.	EGISTRO para dirimir dúvidas ou questõe:
	GILSON WAGNER FANTIN Prefeito Municipal P/ CONTRATANTE	REPRESENTANTE LEGAL P/ CONTRATADA
	<u>Testemunhas:</u>	
	Nome R.G.:	Nome
		R.G.:

Visto do Jurídico

___ 2ª (Requerente) _

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA



ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Atendimento às Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
CONTRATANTE:
CONTRATADA:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S):
Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficia do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Local e data.
<u>CONTRATANTE</u>
NOME E CARCO
NOME E CARGO: E-MAIL INSTITUCIONAL:
E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
CONTRATADA
NOME E CARGO: E-MAIL INSTITUCIONAL: E-MAIL PESSOAL: ASSINATURA:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.
Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico



ANEXO VI - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020

MÊS: Janeiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de			20/jan
Contabilidade			20/jaii
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de			24/jan
Tesouraria			24/jan
Pagamento das Notas Fiscais			30/jan

MÊS: Fevereiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de	29/jan	10/fev	14/fev
Contabilidade	29/jaii	10/164	14/16V
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de	04/fev	13/fev	19/fev
Tesouraria	04/161	15/164	13/16
Pagamento das Notas Fiscais	10/fev	19/fev	27/fev

MÊS: Março	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de	28/fev	12/mar	20/mar
Contabilidade	20/161	12/11141	20/111a1
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de	04/mar	17/mar	25/mar
Tesouraria	04/111	17/IIIai	25/111a1
Pagamento das Notas Fiscais	10/mar	20/mar	30/mar

MÊS: Abril	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	27/mar	08/abr	17/abr
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/abr	14/abr	24/abr
Pagamento das Notas Fiscais	09/abr	17/abr	29/abr

MÊS: Maio	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/abr	12/mai	20/mai
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/mai	15/mai	25/mai
Pagamento das Notas Fiscais	11/mai	20/mai	28/mai

MÊS: Junho 1º PAGTO 2º PAGTO 3º PAGTO

Rubrica 1ª (Sec.	de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/mai	09/jun	19/jun
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/jun	16/jun	24/jun
Pagamento das Notas Fiscais	09/jun	19/jun	29/jun

MÊS: Julho	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de	30/jun	08/jul	22/jul
Contabilidade	30/juii		22/jui
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de	03/jul	15/jul	27/jul
Tesouraria	03/jui	13/jui	21/jui
Pagamento das Notas Fiscais	08/jul	20/jul	30/jul

MÊS: Agosto	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/jul	11/ago	20/ago
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/ago	14/ago	25/ago
Pagamento das Notas Fiscais	10/ago	19/ago	28/ago

MÊS: Setembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/ago	10/set	21/set
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/set	15/set	24/set
Pagamento das Notas Fiscais	09/set	18/set	29/set

MÊS: Outubro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	01/out	09/out	20/out
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	06/out	15/out	23/out
Pagamento das Notas Fiscais	09/out	20/out	29/out

MÊS: Novembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de	29/out	10/nov	18/nov
Contabilidade	29/00t		10/1100
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de	04/nov	15/nov	23/nov
Tesouraria	04/1100		
Pagamento das Notas Fiscais	09/nov	18/nov	26/nov

Rubrica 1a (Sec. de Administrac	ão) 2	^a (Reguerente)	Visto do Jurídico



MÊS: Dezembro	1º PAGTO
Última data para recebimento dos docs.na Seção de	01/dez
Contabilidade	
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de	10/dez
Tesouraria	10/062
gamento Notas Fiscais (último pagamento do ano e	
restos a pagar)	10/062

Obs.: Os pagamentos enviados após o dia 15 de dezembro só serão aceitos mediante autorização do Secretário Mun. de Fazenda e Orçamento.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, , -	. , ,	